

Deleuze contra a informação: acerca das relações entre cibernética e controle¹

Demétrio ROCHA PEREIRA²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

RESUMO

Este artigo busca desdobrar a disputa teórica em que se insere Gilles Deleuze quando opõe o ato de criação aos conceitos de comunicação e informação, compreendidos pelo filósofo como avatares contemporâneos das sociedades de controle. Retomamos, para tanto, as ferramentas conceituais que fundam a cibernética e a teoria matemática da comunicação. Sugerimos que, mesmo encontrando em Gilbert Simondon uma renovação decisiva do conceito de informação, Deleuze se afasta da herança cibernética sobretudo no que esta promove uma política de organização contra a ação desagregadora do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Informação; controle; criação; resistência; Deleuze.

Falando para estudantes de cinema no ano de 1987, Gilles Deleuze (2016) ocupou porção considerável de sua conferência sobre o ato de criação a prevenir contra os conceitos de comunicação e informação, ali definidos pela transmissão e propagação de palavras de ordem, caracterizando-se a pessoa informada como quem crê (ou finge crer) sob imposição. Segundo essa baliza, vemos a informação lançada como que ao polo oposto da atitude crítica ou problematizadora. Mas a contrainformação, enquanto gesto que depõe contra o pendor policial da comunicação, só se torna eficiente na medida em que devesse um *ato de resistência*, ganhando aí a condição rara de resistir à morte, seja como signo da luta humana, seja como obra de arte.

É em uma paisagem política bastante específica que o ato de resistência, dentre todos os adversários possíveis, se volta logo contra a informação. A fins dos 1980, já nos vemos transitar das sociedades disciplinares, tal como descritas e circunscritas

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). E-mail: demetrio.pereira@gmail.com.

historicamente por Michel Foucault (2001), para as sociedades de controle. Onde a gestão social vinha confinando os corpos (na escola, na fábrica, na prisão, no hospital), começam a aparecer tecnologias políticas que já não fazem caso de delimitar o espaço e o tempo, pois dispõem de todo um novo aparato conceitual³: a informação “é exatamente o sistema de controle. Isso é evidente e, hoje em dia, particularmente, nos diz respeito” (DELEUZE, 2016, p. 340).

Pescada por Deleuze na obra de William S. Burroughs (1914-1997), a tese do controle ganha um breve retrato, como se sabe, no *Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle* (DELEUZE, 1992, pp. 219-226), cujo diagnóstico buscaremos compreender a partir da própria teoria da informação, lógica da qual o controle extrai a sua produtividade e eficácia política específicas.

1 Cibernética: a ordem concebida e exercida

Evidência etimológica da intimidade entre informação e controle: navega no termo “cibernética” um elogio à pilotagem náutica, e Sócrates se servirá da palavra para recomendar, no *Alcibíades*, o autogoverno como requisito para o bom governo da cidade (PLATÃO, 1975). Com efeito, veremos a versão latina de *kybernetikos* (κυβερνητικός) alçar aquele hábil navegador grego à pompa de *gubernator*, cuja difusão imperial vem desembocar nas autoridades dos nossos dias. Quando a língua inglesa recupera a antiga forma grega, no final da década de 1940, será para emparelhar controle e comunicação sob uma ciência dedicada a conjurar a entropia. Assombrada a natureza por uma tendência estatística à desorganização, segundo dava a inferir a segunda lei da termodinâmica, a *cybernetics* se atribui o objetivo de *conservar a informação* enquanto índice quantitativo de entropia negativa⁴. A informação nasce, assim, medindo o grau de organização dos sistemas: “Em controle e comunicação estamos sempre lutando contra a tendência natural

³ Compilando grande quantidade de fontes, artigo de Fuchs (2011) revela a recorrência da informação em diversas definições de “vigilância”, recurso que a abordagem foucaultiana atribuía, no entanto, aos regimes disciplinares. Quanto a isso, nos perguntamos se a leitura do controle como atualização técnica do panóptico não o esvazia do seu fundamento em uma transição de regime. Polêmico, ainda, que se impute a Deleuze a denúncia de uma ideologia, categoria da qual o francês se desembaraça tanto quanto de sua contraparte, a “essência do fenômeno real” (FUCHS, 2011, p. 123). A discrepância nesse ponto ilustra bem a discrepância dos projetos: enquanto em Deleuze e Foucault não encontramos nem a promessa nem a vantagem de um futuro livre de todo conflito, Fuchs (2008) afirma o avesso da vigilância no socialismo democrático, imaginado como horizonte de harmonia não-violenta.

⁴ Claude E. Shannon (1916-2001) teria sido incentivado a interpretar a “perda de informação” em termos de entropia pelo matemático John von Neumann (1903-1957), que ressaltou a proximidade dos desenvolvimentos da teoria da comunicação a discussões científicas oriundas da mecânica estatística de Ludwig Boltzmann (1844-1906), cf. Avery (2003, p. 81).

de degradar o organizado e destruir o significativo [*meaningful*]” (WIENER, 1989, p. 17, trad. nossa).

Mesmo o discurso comparece na concepção cibernética como “jogo conjunto do falante e do ouvinte contra as forças da confusão” (WIENER, 1989, p. 92, trad. nossa). A comunicação aí reconhece, para si, problemas comparáveis aos da implementação da lei: em um universo de caos moral, conclui um Wiener (1964, p. 324, trad. nossa) leitor de Kierkegaard, “a nossa maior obrigação é a de estabelecer enclaves arbitrários de ordem e sistema”. Nessa altura de sua autobiografia, contenta-se o fundador da cibernética porque – em resposta trágica aos deuses da termodinâmica, projetistas da imparável flecha cósmica rumo à morte térmica – seguimos cultivando ilhas resistentes de organização.

Sinônima de um ganho de entropia, a perda de informação será entendida como “a fusão de regiões de probabilidade que eram originalmente distintas” (WIENER, 1965, p. 64, trad. nossa). Note-se como a informação acha na cibernética valência inversa à que encontramos na conferência de Deleuze⁵, dando testemunho da resistência que sistemas ordenados opõem a uma morte homogeneizadora, garantindo alguma diferenciação no universo.

O *ruído* será o emblema propriamente comunicacional da morte térmica, ou, mais diretamente, da confusão: “a informação transportada por uma mensagem precisa, na ausência de ruído, é infinita. Na presença do ruído, entretanto, essa quantidade de informação é finita e se aproxima rapidamente de 0 na medida em que o ruído cresce em intensidade” (WIENER, 1965, p. 64, trad. nossa).

Congênere da cibernética, a teoria matemática da comunicação faz aí torções relevantes. Claude E. Shannon (1948, p. 379) anuncia, como problema fundamental da comunicação, “reproduzir em um ponto [receptor], seja exatamente ou aproximadamente, uma mensagem selecionada em outro ponto [emissor]”. Erigida em torno de intenções de comando, essa teoria só irá ceder ao polo receptor a chance de, no melhor dos casos, espelhar uma engenharia complexa cujo estudo pertence inteiramente ao âmbito da emissão. Cabe à emissão selecionar e codificar uma mensagem em sinais, enquanto o destinatário faz o jogo inverso, decodificando sinais para, idealmente, reproduzir sem distorções a mensagem que chega. A comunicação bem-sucedida supõe uma equalização

⁵ Esse mesmo desacordo aparta também a atitude de cada autor em relação ao organismo. É enquanto se opõe ao caos e à desordem que o organismo será louvado (Wiener) ou combatido (Deleuze). Um grava a desorganização com o signo da morte, o outro a abre ao corpo sem órgãos.

de estados mentais, projeto que se traduz tecnologicamente na digitalização generalizada da matéria. Comunica-se copiando arquivos de lado a lado.

A inteligência matemática dessa teoria está concentrada sobretudo na questão da *escolha* de uma mensagem pelo polo emissor. Medindo agora o *grau de liberdade de escolha* entre diferentes mensagens possíveis, a quantidade de informação é inversamente proporcional à probabilidade de seleção simbólica: quanto mais improvável a seleção, mais informativo o sinal. A valorização do improvável acaba constringendo esse projeto de entendimento pleno, levando à admissão (estranha a Wiener) de que o ruído pode *aumentar* a quantidade de informação, procedendo a teoria, então, a uma distinção forçada entre incerteza desejável (informação) e incerteza indesejável (ruído).

Se a informação cresce com a incerteza – em vez de se opor neguentropicamente, como em Wiener, à desorganização de um sistema –, ela fica, ainda assim, restrita à esfera do possível, mensurando desequilíbrios estatísticos no seio de um conjunto fechado de alternativas disponíveis. Partimos desse conjunto finito, constituído por alternativas discretas – cada letra admitida, digamos, pela língua portuguesa em um dado momento. Já é desde o estabelecimento de distinções prévias, oferecidas à “livre escolha”, que o emissor se vacina contra o incerto. A informação dá a medida dessa liberdade de eleger o menos provável entre os disponíveis – há de ser nula, por exemplo, a probabilidade de que a sequência “jt” componha uma palavra qualquer, segundo permitem prever as regularidades da língua portuguesa. O crucial é que ganhamos informação quanto mais indiferentemente distribuída, no menu de opções disponíveis, a probabilidade de seleção, ou seja, quanto mais *aleatória* a seleção. Assim que uma capacidade de seleção excessivamente regrada prometa *pouca* informação, deixando facilmente adivinhar as suas decisões (WEAVER, 1964).

Binarizada segundo um logaritmo de base 2, a informação terá como unidade o *bit*, que corresponde a uma bifurcação com duas escolhas possíveis (0 ou 1). Com quatro dessas bifurcações (4 bits), arquitetamos uma inteligência decisória com 16 escolhas possíveis, e assim por diante. A informática vai procedendo por disjunções exclusivas: tudo ou nada, ou isto ou aquilo; máquina de binarizar. Poucos anos após a publicação seminal de Shannon e Weaver (1964), o *feedback* se consolida como método de controle, retroalimentando o sistema com os resultados de cada nova operação e submetendo as variações, assim, a uma eficácia reiterativa. Embora houvesse definido a redundância como porção não-informativa da mensagem, por sua imposição de obrigações seletivas à

emissão, a teoria matemática acaba sustentando-a como caução tecnológica contra o ruído.

Ainda que passem a considerar a maleabilidade da recepção, os continuadores do modelo clássico de Shannon e Weaver permanecerão confiados a uma política do entendimento exercida desde a perspectiva emissora. Por sua afinidade com vontades institucionais, não raro fazendo a comunicação concorrer declaradamente em favor da ordem, as pioneiras mobilizações sociológicas do modelo matemático permanecem constringidas a um esquema que remete, em última instância, à intenção do falante, a exemplo do que defende em 1960 David Berlo, para quem o objetivo da comunicação “é tomarmos agentes influentes, é afetarmos os outros, nosso ambiente físico e nós próprios, é tomarmos-nos agentes determinantes, é termos opção no andamento das coisas. Em suma, nós nos comunicamos para influenciar – para afetar com intenção” (BERLO, 1999, p. 20).

2 Simondon: a informação requer relação tensiva

Em 1958, Gilbert Simondon (2013) defende uma tese que lança a informação contra o tradicional par forma+materia da filosofia aristotélica. Das vastas implicações desse movimento filosófico, importa aqui destacar o seu rechaço ao privilégio da emissão no modelo cibernético, o que não vem sem consequências para o próprio conceito de informação.

Simondon alega que a cibernética, competente em assegurar a reprodução de sinais a distância, se abstém de considerar a informação como *efeito* sobre um destinatário que constitui, ele mesmo, um sistema. Sustentando ainda a missão comunicacional de sincronizar emissor e receptor, Simondon descobre a dificuldade teórica de admitir que, para que um sistema possa integrar ao seu funcionamento um sinal recebido (como em uma aprendizagem bem-sucedida), devem-se transmitir sinais prováveis, com quantidade de informação ínfima. Concluindo que a abordagem probabilística não é aplicável ao domínio psicossocial, o filósofo passa a postular uma informação qualitativa ou *tensiva*, e a comunicação adquire uma condição energética: será preciso alguma diferença de potencial para que os sinais perceptivamente “pregnantes” (organizadores) possam ser tomados como informação tensiva. Devendo passar entre pelo menos dois termos disparatados, a informação “não é jamais relativa a uma realidade única e homogênea, mas a duas ordens em estado de *disparação*; [...] ela não é jamais coisa dada; [...] não é

um *termo*; ela supõe tensão de um sistema de ser” (SIMONDON, 2013, p. 31, grifos no original, trad. nossa).

No texto *L’amplification dans les processus d’information*, de 1962, o autor ressalta a exigência de que a informação seja tomada por seus efeitos, ou seja, enquanto promova efetivamente uma transformação em um sistema receptor:

a informação não pode se definir fora desse ato de incidência transformadora e da operação de recepção. Não é o emissor que faz com que uma estrutura seja informação, pois uma estrutura pode se comportar como informação, em relação a um dado receptor, sem ter sido composta por um emissor individualizado e organizado; impulsos provenientes de um fenômeno do acaso podem acionar um dado receptor tão bem quanto se fossem provenientes de um emissor. (SIMONDON, 2010, p. 159, trad. nossa)

A condição do receptor é a de um meio material com potenciais por disparar. Na ontogênese simondoniana, a matéria é percorrida por forças pré-individuais com as quais um sinal deve negociar para que seja assimilado ao funcionamento do receptor. Assim se consome a comunicação como *acoplamento*, seja entre sistemas ou no interior de um mesmo sistema.

Embora carregado de potenciais pré-individuais, o receptor não se esvai em pura virtualidade, constituindo um meio formalmente estruturado. Caso um conjunto de sinais calhe de coincidir perfeitamente com as formas do receptor, não se notará qualquer descontinuidade capaz de informar; e se, pelo contrário, for extrema a discrepância entre as formas que chegam e aquelas que estruturam o receptor, os sinais tampouco serão informativos, pois terão ultrapassado o limiar de assimilação: “Pode-se nomear *sinal* aquilo que é *transmitido*, *forma* aquilo em relação ao qual o sinal é recebido no receptor, e *informação*, propriamente dita, aquilo que é efetivamente integrado ao funcionamento do receptor” (SIMONDON, 2013, p. 223, grifos no original, trad. nossa).

Para esse autor, a informação nomeia um acontecimento inteiramente relacional, exigindo, entre o sinal e a percepção do sinal, uma certa afinação de diferenças – sutileza da tensão dentro/fora para que os sinais devenham significação, ou seja, para que venham a *funcionar*. Restringindo sua competência à boa transmissão de sinais, a teoria matemática da comunicação se manteria, portanto, ainda longe da informação.

De acordo com Rodríguez (2016), Deleuze aproxima informação e controle por levar em conta a primeira cibernética, sem ponderar a proposta simondoniana e toda uma

segunda cibernética oriunda do estudo dos organismos vivos enquanto sistemas abertos. De fato, como vimos, a adoção do conceito de informação por Simondon não ocorre sem um reexame crítico do paradigma cibernético e o considerável aporte da noção de (diferença de) potencial. Já respondendo, além disso, ao paralelismo informação-controle, Rodríguez (2016) observa que, em 1962, Simondon especifica três modos de amplificação informacional: a transdução, a modulação e, como síntese dessas duas, a organização. Como a modulação – de que o relé serve de modelo tecnológico – supõe expressamente o *governo* de um processo informativo produtor de sucessivas *polarizações*, Rodríguez sugere reservarmos esse aspecto da informação para comparações com a “normalização” foucaultiana e, por extensão, com os dispositivos de controle. Reforça essa tese o emprego, na descrição do controle pelo *Post-Scriptum*, de termos simondonianos como metaestabilidade e, muito marcadamente, a própria modulação (DELEUZE, 1992, pp. 219-226). Segundo o seu aspecto transdutivo, por outro lado, a informação teria uma ação liberadora: “Basta, para convencer-se disso, ver como ele [Simondon] estima que os povos colonizados passam de uma situação de modulação (o controle pelo poder colonial) a uma outra, de transdução (a liberação)” (RODRÍGUES, 2016, p. 223, trad. nossa).

De todo modo, Deleuze não ignora a mobilização original da cibernética pela biologia molecular, que constitui uma importante fonte⁶ para o seu primeiro trabalho ao lado de Félix Guattari. Sabe-se, além disso, que esse filósofo não apenas leu com grande engajamento a tese de Simondon, como integrou-a ao funcionamento de seu próprio trabalho. Entre os conceitos difundidos por Deleuze, não sobrevive a informação – ou então, conforme propõe Anne Sauvagnargues, ela muda de registro, abandonando a herança cibernética em favor de uma terminologia semiótica⁷: “Com efeito, disse Simondon, há informação quando aquele que emite os sinais e aquele que os recebe formam sistema. É esse acoplamento que Deleuze chama de sinal. [...] O vocabulário do signo substitui a teoria da informação (SAUVAGNARGUES, 2009, p. 277, trad. nossa).

Se não é por desconhecer o seu refinamento conceitual que Deleuze mantém a informação nas trincheiras do controle e da palavra de ordem, tanto mais vantajoso seguir

⁶ Para o interior da célula como rede cibernética e as enzimas alostéricas como relés eletrônicos, cf. Jacques Monod (1971), Prêmio Nobel em Fisiologia/Medicina pela descoberta de funções reguladoras intracelulares.

⁷ O signo deleuzeano resultaria da comunicação de disparidades, exprimindo a resolução de um conflito interno de um sistema, ou de um campo problemático. Estudamos uma passagem da ontogênese de Simondon para a “semiogênese” de Deleuze em Araujo e Rocha Pereira (2018).

os rastros da sua descrição do ato de criação, a ver em que termos a criação não apenas toma distância da informação, como ergue, contra ela, eterna resistência.

3 Criação e indecidibilidade

Quando apreciam o funcionamento da linguagem à luz do modelo informático, Deleuze e Guattari apresentam a redundância como base da transmissão das palavras de ordem, que impõem as coordenadas semióticas de uma máquina binarizante (masculino-feminino; singular-plural etc.):

O esquema mais geral da informática admite, em princípio, uma informação máxima ideal, e faz da redundância uma simples condição limitativa que diminui este máximo teórico para impedir que seja encoberto pelo ruído. Dizemos, ao contrário, que aquilo que é primeiro é a redundância da palavra de ordem, e que a informação é apenas a condição mínima para a transmissão das palavras de ordem (é por isso que não há como opor o ruído à informação, mas, antes, opor todas as disciplinas que trabalham a linguagem, à palavra de ordem como disciplina ou “gramaticalidade”). A redundância tem duas formas, frequência e ressonância, a primeira concernente à significância da informação, a segunda (EU = EU) concernente à subjetividade da comunicação. Mas o que surge desse ponto de vista é justamente a subordinação da informação e da comunicação, ou, mais ainda, da significância e da subjetivação, em relação à redundância. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 17)

Haverá redundância, em primeiro lugar, entre o que se diz e o que se faz. A palavra de ordem, ou a operacionalidade imperativa da linguagem, derrama para além do modo imperativo, revelando-se uma redundância geral entre ato e enunciado que responde pela eficácia propriamente contagiosa da linguagem:

A linguagem não se contenta em ir de um primeiro a um segundo, de alguém que viu a alguém que não viu, mas vai necessariamente de um segundo a um terceiro, não tendo, nenhum deles, visto. É nesse sentido que a linguagem é transmissão de palavra funcionando como palavra de ordem, e não comunicação de um signo como informação. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 14)

Um conjunto de alternativas desigualmente disponíveis, de que falávamos ao abordar a teoria matemática da informação, compreende-se agora como a condição mínima para a imposição de coordenadas semióticas orientadas. Não se abre concessão para a redundância enquanto precaução necessária contra o ruído indesejável – é antes uma vontade redundante que, buscando garantir a si mesma, faz erguer um sistema semiótico que permite ao enunciado produzir efeitos incontestes sobre os corpos, eventos

de que a sentença jurídica e o comunicado oficial fornecem as realizações mais descaradas.⁸

Um imperioso “faça-se assim!” marcha na base de toda linguagem. Se a organização de um sistema de significações responde de saída à transmissão das palavras de ordem, que faz o ato de criação? Como o ato de criação se opõe à redundância?

Voltamos à conferência de 1987 e escutamos, em cada ato de resistência invocado por Deleuze, a irrupção de alguma descontinuidade: desagregação espacial nos filmes de Robert Bresson (1901-1999); disjunção das imagens sonora e visual no cinema de Jean-Marie Straub (1933) e Danièle Huillet (1959-2006); suspensão problematizadora pela personagem idiota, tanto em Dostoiévski (1821-1881) quanto em Kurosawa (1910-1998).

Rompimento de contiguidades necessárias, mas também o descobrimento de novos princípios de conexão: singular no cinema de Bresson é que a *mão* reconecte os espaços disjuntos. O idiota abre caixa de ressonância para uma multiplicidade de ordens discordantes, deslizando imóvel entre elas, em conjecturas de uma ordem outra:

Em Dostoiévski, os personagens são perpetuamente tomados por urgências e, ao mesmo tempo em que são tomados por estas urgências, que são questões de vida ou morte, eles sabem que há uma questão ainda mais urgente – e não sabem qual é. E é isso que os detém. Tudo se passa como se, na pior urgência – “Há fogo, eu preciso sair daqui” –, eles dissessem consigo: “Não, há algo mais urgente. Não vou me mexer enquanto não souber o que é”. É o Idiota. É a fórmula do Idiota: “Quer saber, há um problema mais profundo. Qual problema... não vejo bem qual seria. Mas me deixem. Que tudo queime... é preciso encontrar esse problema mais urgente”. (DELEUZE, 2016, pp. 336-337)

Há um evidente paralelo entre a situação idiota e a situação esquizofrênica descrita por Bateson et. al. (1956) na célebre teoria do duplo vínculo (*double bind*). A cena de fundação do esquizofrênico exigiria que pelo menos dois comandos discordantes entre si coexistissem de modo a produzir uma paralisante *lose-lose situation*. Diferem o idiota e o esquizofrênico clínico no se relacionarem com a indecidibilidade: um quem a cria, o outro quem a padece. Em um caso, a preferência qualquer conduz a uma arte do desvio; no outro, todos os sentidos se contradizem e se anulam reciprocamente até decaírem em um impasse incapacitante. É um semiólogo e desenvolvedor da cibernética que, em Bateson, se capacita a diagnosticar um adoecimento da redundância.

⁸ Fica evidente, neste ponto, o afastamento que Deleuze e Guattari (1995) tomam da “concepção ideológica” do enunciado, que pretende reduzir a expressão, mesmo que apenas em última instância, a um reflexo de relações materiais concretas. Trata-se aqui de reconhecer que a expressão também intervém sobre os conteúdos.

Deleuze não esconde simpatia pelos tipos atrapalhados, distraídos, “estrangeiros em seu próprio idioma”, Philippe Mengue (2013) chegando a apontar o idiota como o sujeito político deleuzeano por excelência. Por seu gesto problematizador, abridor de zonas de indeterminação, a idiotice talvez equivalesse a um interruptor, evocando o que recomenda Deleuze (1992, p. 221) em entrevista a Toni Negri: “Criar foi sempre coisa distinta de comunicar. O importante talvez venha a ser criar vacúolos de não-comunicação, interruptores, para escapar ao controle”. Contra as palavras de ordem, a fórmula de Bartleby: “Eu preferiria não”.

Pois, se a redundância entre o enunciado e o ato, ou a eficácia instantânea da palavra de ordem, se explica por obrigações coletivas que atravessam e condicionam toda a língua, o ato de criação deverá envolver alguma disposição dissociativa. Proliferam, sobretudo nas páginas do *Anti-Édipo*, exemplos de artistas do desengate, capazes de obter uma montagem funcional a partir de relações sempre mais aleatórias (seleção do menos provável). Tais criadores perseguem um vetor louco: “necessidade de quebrar as associações: a dissociação não somente como caráter da esquizofrenia, mas também como princípio de esquizoanálise. [...] nada teremos feito enquanto não atingirmos elementos que não são associáveis” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 521).

Os vetores loucos não chegam de um fora absoluto – correm imanentes à palavra de ordem, ou seja, imanentes ao controle. Disjuntam-se as máquinas que aí estão. Um regramento de unidades distintas em uma trama de dominâncias e subordinações (condição que, no esquema comunicacional clássico, deve ser observada desde a emissão) não se estabelece sem dizer também o seu absurdo. É enredado em uma trama de regras de ação que o idiota chega a desconfiar de uma urgência maior. Que essa urgência maior permaneça indeterminada é a garantia de sua capacidade de interrupção – é dizer, nesse caso, de sua capacidade criadora.

Tanto em arte quanto em filosofia, trabalha-se por dentro da palavra de ordem no sentido de fazer aparecer novas distinções. Um ato de distinção afetivo-perceptiva no teatro ou no cinema torna-se pensável em um ato de distinção conceitual. Seja a tragédia um conceito capaz de pensar a coexistência de duas injustiças equivalentes: “[a forma trágica] apresenta como francamente indecisa a relação entre duas injustiças: a de Agamemnon e a de Clitemnestra, a de Creonte e a de Antígona, a do troiano Paris e a dos gregos assassinos da jovem Polixênia” (RANCIÈRE, 2016, p. 125). Primeiro, empatam uma injustiça dos deuses e uma injustiça dos homens; com Brecht, a tragédia se atualiza

numa indecidibilidade entre as injustiças do opressor e do oprimido, cujo desejo de justiça se expressa em uma hierarquização dos males que definirá (e desculpará, de antemão) a ação menos injusta. Será na passagem à ação, ou bem no estabelecimento de um princípio de ação, que a justiça cobrará um preço necessário de injustiça – novamente, a fundação da ordem no mito da redundância mínima. Mas esse teatro também constata na facticidade da injustiça uma tolerância coletiva que a justifica... Assim dialetizada, a palavra de ordem nos deixa entre a decisão injusta e a resignação inativa: “Essa tensão entre a decisão que resolve e a habilidade de manter em equilíbrio argumentos opostos é o cerne da política do brechtiano” (RANCIÈRE, 2016, p. 126).

Outras disposições dissociativas, criadoras, serão capazes de pensar a indecidibilidade trágica. Para Nietzsche (s/d), a tragédia grega não trata de excesso de reflexão nem de múltiplas alternativas que embarçam a tomada de decisão, mas sobretudo de uma recusa a toda “consolação metafísica”, suspendida pelo revezamento conflituoso entre forças apolíneas do inteligível e forças dionisíacas da desindividuação, entre a razoabilidade das formas e o desvario. Máquina desconjuntada da tragédia. A dissociação como um devir-louco que embaralha as regras de ação.

A situação indecidível apresenta, portanto, o risco de um girar no vazio. Esse não é o seu único inconveniente. Não havendo conceito imune à sua própria redundância, sentimos que a noção de indecidível se torna, ela própria, demasiado *seleccionável* para nós. O giro indeciso pode prefigurar, mas não é ainda a criação, que decorre, ela mesma, de uma passagem à ação. À palavra de ordem se opõe não tanto o indecidível por si mesmo quanto um *ato* de seletividade aleatória – um efetivo lançar de dados.

Deleuze percebe na criação um exercício de fronteira: o conceito entre as formas e as forças não-pensadas do pensamento, escrever em nome de percepções imperceptíveis etc. Trata-se da relação com um fora, em que, se ainda houver comunicação, não será fornecendo as condições para a propagação da palavra de ordem, e sim designando um trabalho de *composição* enquanto produção de um agenciamento coletivo. A indeterminação seria então como uma zona de vizinhança, a fronteira enquanto tal: devir comum que arrasta em bloco todas as peças do agenciamento. Para que o seu conceito dê conta da criação, a comunicação deve ser capaz de apontar, então, para uma zona de simbioses, de contágios recíprocos entre termos heterogêneos.

Vimos como, em Simondon, há informação quando, por uma certa afinação de diferenças, termos discrepantes constituem sistema. De modo bastante similar, a

comunicação aparece no apêndice do *Anti-Édipo* para esclarecer o que se entende ali por “máquina” ou “acoplamento”, relação que seria mais fundamental do que a projeção das faculdades humanas na ferramenta:

é preciso estabelecer *desde o início* a diferença de natureza entre a ferramenta e a máquina: uma como agente de contato, a outra como fator de comunicação; uma como projetiva e a outra como recorrente; uma reportando-se ao possível e ao impossível, a outra à probabilidade de um menos-provável; uma funcionando por síntese funcional de um todo, a outra por distinção real num conjunto. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 511, grifos no original)

Enquanto constitui um agenciamento maquínico, a comunicação deve concernir a simbioses e amálgamas que sim incluem a relação do homem com a técnica, mas segundo as condições de uma máquina coletiva que os arrasta em conjunto.⁹

Parece-nos, enfim, que a resistência à palavra de ordem passa por uma recusa à confiança, comum à cibernética e à termodinâmica, de que o tempo só faz dissolver a vida. Informação e criação oscilariam, então, entre duas imagens do tempo – uma pela qual é preciso organizar a vida para não morrer sob a sua ação desintegradora; a outra pela qual é a ordem quem chega como sentença de morte. Confrontam-se aí uma hipótese escatológica, tal como deduzida da segunda lei da termodinâmica, e uma natureza concebida como permanente produção de novidade.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, A.; ROCHA PEREIRA, D. A comunicação enquanto semiogênese: do díspar ao signo em Simondon e Deleuze. In: **Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2 a 8 de setembro de 2018. Joinville: Intercom, 2018. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1597-1.pdf>. Acesso: 1º de julho de 2019.

VERY, J. **Information Theory and Evolution**. Londres: World Scientific Publishing, 2003.

BATESON, G.; JACKSON, D.; HALEY, J.; WEAKLAND, J. Toward a theory of schizophrenia. In: **Behavioral Science**, 1956, 1, 251-264. Disponível em: <https://solutions-centre.org/pdf/TOWARD-A-THEORY-OF-SCHIZOPHRENIA-2.pdf>. Acesso: 24 de julho de 2019.

BERLO, D. K. **O processo da comunicação**: introdução à teoria e à prática. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁹ Será de grande interesse cotejar essa noção de máquina com a afirmação de que “a sociedade é o sujeito que domina a tecnologia”, formulada por Álvaro Vieira Pinto (2005, p. 345), de cuja obra tomamos conhecimento durante a escrita deste artigo, de modo que não podemos, de momento, pretender comentar uma obra tão vasta e instigante como a deste pensador, cujos escritos sobre a tecnologia, datados dos anos 1970, viriam a ser publicados somente em 2005.

DELEUZE, G. O que é o ato de criação? In: DELEUZE, Gilles. **Dois regimes de loucos**: textos e entrevistas (1975-1995). São Paulo: Editora 34, 2016, pp. 332-343.

DELEUZE, G. **Conversações (1972-1990)**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. Gilbert Simondon, O indivíduo e sua gênese físico-biológica [1966]. In: DELEUZE, G. **A ilha deserta e outros textos**: Textos e entrevistas (1953-1974). São Paulo: Editora Iluminuras, 2005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia 1. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 2. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

FUCHS, C. **Internet and Society**: Social Theory in the Information Age. Nova York: Routledge, 2008.

FUCHS, C. Como podemos definir vigilância? In: **Revista Matrizes** (vol. 5, n. 1). São Paulo: ECA-USP, 2011.

MENGUE, P. **Faire l'idiot**: La politique de Deleuze. Paris: Éditions Germina, 2013.

MONOD, J. **O acaso e a necessidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

NIETZSCHE, F. W. **A origem da tragédia**. São Paulo: Editora Moraes, s/d.

PLATÃO. **Diálogos**, vol. 5. Belém: UFPA, 1975.

RANCIÈRE, J. **As distâncias do cinema**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2016.

RODRÍGUEZ, P. E. L'information entre Foucault, Deleuze, et Simondon. In: BONTEMS, V. (org.). **Gilbert Simondon ou l'invention du futur**. Paris: Klincksieck, 2016.

SAUVAGNARGUES, A. **Deleuze**: L'empirisme transcendantal. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

SHANNON, C. E. The Mathematical Theory of Communication. In: **The Bell System Technical Journal**, vol. 27, Julho-Outubro, 1958, pp. 379-423. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/j.1538-7305.1948.tb01338.x>. Acesso: 30 de junho de 2019.

SIMONDON, G. **L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information**. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 2013.

SIMONDON, G. **Communication et information**: Cours et Conférences. Chatou: Les Éditions de La Transparence, 2010.

VIEIRA PINTO, A. **O conceito de tecnologia**, 2 vols. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WEAVER, W. Recent contributions to the mathematical theory of communication. In: SHANNON, C.E.; WEAVER, W. **The Mathematical theory of communication**. Urbana: The University of Illinois Press, 1964.

WIENER, N. **Cybernetics:** or Control and Communication in the Animal and the Machine. Cambridge (MA.): The MIT Press, 1965.

WIENER, N. **The human use of human beings:** cybernetics and society. Londres: Free Association Books, 1989.

WIENER, N. **I am a mathematician:** the later life of a prodigy. Cambridge (MA.): The MIT Press, 1964.